



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 005/2023
(Processo Administrativo n.º 23381.000988.2023-70)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral e seus derivados, para fins de atendimento as necessidades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Local de Entrega	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Municípios de João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita	9.870	R\$ 6,60	R\$ 65.142,00
2	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Municípios de João Pessoa, Cabedelo	410	R\$ 17,11	R\$ 7.015,10
3	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de João Pessoa	600	R\$ 1,27	R\$ 762,00
4	445479	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: COM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de João Pessoa	600	R\$ 1,53	R\$ 918,00
5	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20	Garrafão com 20 Litros	Municípios de Pedras de Fogo e Itabaiana	3.520	R\$ 6,77	R\$ 23.830,40



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

		Litros.					
6	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Itabaiana	100	R\$ 20,45	R\$ 2.045,00
7	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Município de Soledade	500	R\$ 6,87	R\$ 3.435,00
8	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Soledade	30	R\$ 17,99	R\$ 539,70
9	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Municípios de Areia e Guarabira	5.500	R\$ 6,90	R\$ 37.950,00
10	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Municípios de Areia e Guarabira	105	R\$ 18,95	R\$ 1.989,75
11	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de Areia	240	R\$ 1,29	R\$ 309,60



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

12	445479	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: COM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de Areia	240	R\$ 1,61	R\$ 386,40
13	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Município de Monteiro	4.500	R\$ 7,14	R\$ 32.130,00
14	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Monteiro	100	R\$ 20,45	R\$ 2.045,00
15	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Município de Picuí	10.000	R\$ 7,95	R\$ 79.500,00
16	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Picuí	400	R\$ 20,23	R\$ 8.092,00
17	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de Picuí	1.000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
18	445479	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: COM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de Picuí	500	R\$ 1,68	R\$ 840,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

19	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Municípios de Patos e Santa Luzia	4.000	R\$ 7,85	R\$ 31.400,00
20	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Municípios de Patos e Santa Luzia	400	R\$ 20,45	R\$ 8.180,00
21	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Municípios de Patos e Santa Luzia	620	R\$ 1,25	R\$ 775,00
22	445479	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: COM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Municípios de Patos e Santa Luzia	600	R\$ 1,74	R\$ 1.044,00
23	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Município de Catolé do Rocha	9.000	R\$ 6,82	R\$ 61.380,00
24	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Catolé do Rocha	100	R\$ 18,85	R\$ 1.885,00
25	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 Mililitros	Município de Catolé do Rocha	1.000	R\$ 1,47	R\$ 1.470,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

26	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL - Tipo: SEM Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Retornável; Características Adicionais: Acondicionada em embalagem própria de 20 Litros.	Garrafão com 20 Litros	Município de Princesa Isabel	2.400	R\$ 6,47	R\$ 15.528,00
27	402921	GARRAFÃO 20 LITROS - Material: Plástico, Aplicação: Água Mineral, Capacidade: 20 Litros, Características Adicionais: Vazio, Transparente, Retornável, NBR n.º 14.222/14.328.	Unidade	Município de Princesa Isabel	300	R\$ 18,73	R\$ 5.619,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 395.460,95	

1.2. Omissis¹

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) data de assinatura do respectivo termo de contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO

2.1. A água mineral natural, deve ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo o Código de Águas Minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; ter tampa fechada, lacrada, sem vazamentos e com rótulos contendo data de fabricação e validade. Todos os vasilhames deverão ser fabricados em conformidade com as normas da ABNT, devendo estar em excelente estado de conservação; os produtos deverão estar hermeticamente tampados, higienizados, lacrados e envasados até o limite do gargalo; os lacres e selos de segurança dos garrafões deverão estar de acordo com as normas da ABNT; atender às características microbiológicas estabelecidas em Regulamento Técnico específico, respeitando os limites máximos permitidos de substâncias químicas que representam risco à saúde, conforme Resolução RDC n.º 274 de 25/03/2005 da ANVISA, que fixa a identidade e as características mínimas de qualidade; atender à Regulamentação-RDC n.º 275 de 22/09/2005, que fixa as características microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural; Após envasamento ou estocagem, apresentar-se límpida, sem flocos em depósito e sem corpos estranhos; obedecer aos requisitos estabelecidos pela Resolução-RDC n.º 173, de 15/09/2006

¹ Item suprimido em virtude da inaplicabilidade do disposto no inciso III, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/06.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

da ANVISA, que dispõe sobre Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e Água Natural.

2.2. Os garrafões devem ser:

2.2.1. Próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados;

2.2.2. Devem conter rótulo-padrão, cujas características e apresentações básicas tenham sido aprovadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, (Decreto-Lei n.º 7.841/1945), e registradas no Ministério da Saúde;

2.2.3. Conter gravação legível em seu rótulo ou em sua vedação da data de envase, número do Registro no Ministério da Saúde (MS), marca e validade do produto (mínimo de 60 dias da data de entrega), conforme Portaria n.º 470/99 do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

2.2.4. Os garrafões/galões devem atender à Portaria n.º 387/2008, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, bem como às Normas Técnicas da Associação Nacional de Normas Técnicas - ABNT:

2.2.4.1. ABNT NBR 14222:2013 (Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão/galão retornável – Requisitos e métodos de ensaio);

2.2.4.2. ABNT NBR 14328:2011 (Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – Tampa para garrafão/galão retornável – Requisitos e métodos de ensaio);

2.2.4.3. ABNT NBR 14637:2011 (Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão/galão retornável – Requisitos para lavagem,enchimento e fechamento);
e

2.2.4.4. ABNT NBR 14638:2011 (Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão/galão retornável – Requisitos para distribuição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5.3. O objeto é passível de SRP, adotado preferencialmente devido às características do objeto, que exige contratações frequentes - inciso I, do art. 3º do Decreto nº 7.892/13, motivada pelas demandas serem fracionadas ao longo do exercício financeiro - Acórdão nº 2.401/2006, Plenário, que não justificam a emissão de empenho em sua totalidade financeira, assim como, pela conveniência da aquisição de bens, para atendimento a mais de um órgão ou entidade - inciso III, do art. 3º do Decreto nº 7.892/13.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega para a água mineral em garrafão de 20 (vinte) litros é de até **5 (cinco) dias**, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento, em remessa única.

7.2. O prazo de entrega para o garrafão e demais itens da contratação é de até **20 (vinte) dias**, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento, em remessa única.

7.3. Dos locais de Entrega:

7.3.1. Os materiais deverão ser entregues nos endereços consignados na tabela a seguir:

UNIDADE	LOCALIDADE
IFPB - REITORIA	SEDE - Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58.015-020.
	PROEXC/PRAE - Rua das Trincheiras, 275 Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58.013-120.
	PRAF - Av. Almirante Barroso, 1077 - Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58013-120.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

	<p>Polo de Inovação João Pessoa (EMBRAPII) - <i>Avenida Getúlio Vargas, n.º 255/277 - Centro - João Pessoa-PB - CEP: 58.013-240.</i></p> <p>Campus Avançado João Pessoa-Mangabeira - <i>Rua Gutemberg Morais Paiva, 245 - Bancários - João Pessoa - PB - CEP: 58.051-025</i></p> <p>Campus Avançado de Cabedelo Centro – <i>Rua Duque de Caxias, S/N - Centro - Cabedelo/PB - CEP: 58.100-263.</i></p> <p>Campus Avançado Areia - <i>Rua Vigário Odilon, 152 - Centro - Areia/PB - CEP: 58.397-000.</i></p> <p>Campus Avançado Soledade - <i>Rua José Chagas de Brito, S/N - Centro - Soledade/PB - CEP: 58.155-000.</i></p> <p>Campus Avançado Pedras de Fogo - <i>Rua Primeiro de Maio, S/N, Centro - Pedras de Fogo/PB - CEP: 58.328-000.</i></p>
IFPB - CAMPUS CABEDELO	<i>Rua Santa Rita de Cássia, n.º 1900, Jardim Camboinha. CEP: 58.103-772 – Cabedelo-PB.</i>
IFPB - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	<i>Rua Cícero Pereira de Lima, n.º 227, José Pereira de Lima CEP: 58.884-000 - Catolé do Rocha-PB.</i>
IFPB - CAMPUS GUARABIRA	<i>Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde Rodovia PB-057, KM 02 - S/N CEP: 58.200-000 – Guarabira-PB.</i>
IFPB - CAMPUS ITABAIANA	<i>Acesso Rodovia PB-054, Km 17, S/N, Alto Alegre. CEP: 58.360-000 - Itabaiana-PB.</i>
IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA	<i>Av. Primeiro de Maio, 720 - Bairro Jaguaribe CEP: 58.015-4350 - João Pessoa - PB.</i>
IFPB - CAMPUS MONTEIRO	<i>Acesso Rodovia PB 264, S/N. Vila Santa Maria CEP: 58.500-000 - Monteiro-PB</i>
IFPB - CAMPUS PATOS	<i>Acesso Rodovia PB 110. Bairro: Alto da Tubiba CEP: 58.700-000 - Patos - PB.</i>
IFPB - CAMPUS PICUÍ	<i>Acesso à Rodovia PB 151, S/N, Cenecista. CEP: 58.187-000 – Picuí-PB.</i>
IFPB - CAMPUS PRINCESA ISABEL	<i>Acesso Rodovia PB 426, Sítio Barro Vermelho, S/N, Zona Rural. CEP: 58.755-000 - Princesa Isabel-PB.</i>
IFPB - CAMPUS SANTA LUZIA	<i>Rua Jader Medeiros, S/N - Centro CEP: 58.600-000 - Santa Luzia-PB.</i>
IFPB - CAMPUS SANTA RITA	<i>Acesso BR-230, Km 42, S/N, Bairro Popular. CEP: 58.301-645 - Santa Rita/PB.</i>

7.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **80% (oitenta por cento)** do prazo total recomendado pelo fabricante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

7.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos dentro dos prazos estabelecidos nos subitens 7.1 e 7.2, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, procedência e prazo de validade;*

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a **R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)** será confiado a uma comissão de, no mínimo, **3 (três) membros**, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

15.1.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

15.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

16. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Omissis.²

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

² Não haverá exigência de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, motivo pelo qual o presente item foi suprimido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- a. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. fraudar na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Multa:**
 - 1) moratória de **0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
 - 2) compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

- 17.5.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.
- 17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **75 (setenta e cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.3.1.1.1. No mínimo **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já forneceu bens compatíveis com o objeto dessa licitação a um quantitativo de **10% (dez por cento)** da quantidade total do bem licitado pretendido ou similar.

18.3.1.1.2. A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários, para comprovar que já desempenhou objeto semelhante ao deste instrumento.

18.3.1.1.3. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar o fornecimento do objeto.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global: **R\$ 395.460,95 (trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos).**

18.4.2. Valores unitários: conforme tabela constante no subitem 1.1. do presente Termo de Referência.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 395.460,95 (trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos).**

João Pessoa - PB, 08 de maio de 2023.

MARCOS ANTÔNIO MARQUES
Diretoria de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais